

Análise das Interações da Audiência Pública da CRATERRAS sobre Regularização Ambiental e Embargos Preventivos – 17/09/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **101 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS), realizada em 17/09/2025. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, questionamentos e posicionamentos expressos pelo público sobre a regularização ambiental e os embargos preventivos, visando subsidiar o trabalho dos senadores na análise do tema.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 101

Temas principais:

- 1. Burocracia, Morosidade e Transparência no Processo (28%):** A principal preocupação manifestada pelos cidadãos é a lentidão, a complexidade e a falta de clareza nos processos de análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e na consequente retirada de embargos. Há um forte apelo por maior agilidade, transparência e pelo uso de tecnologia para otimizar as análises. O público questiona a falta de canais eficientes para os produtores acompanharem seus processos e contestarem decisões, gerando um sentimento de insegurança e frustração.

Exemplo: “Como garantir transparéncia e agilidade na regularização ambiental diante dos embargos do IBAMA e da demora na análise do CAR?” (Raissa D. - MT)

2. Impactos Socioeconômicos e o Conflito entre Produção e Preservação (23%):

Muitos participantes destacaram os graves impactos econômicos e sociais dos embargos, especialmente para os pequenos produtores e agricultores familiares. A discussão gira em torno do desafio de equilibrar a necessária proteção ambiental com a atividade agropecuária. Foram levantadas questões sobre como a demora na regularização afeta a competitividade do agronegócio, o acesso a financiamentos e a mercados sustentáveis (ESG, crédito de carbono), além da necessidade de políticas de apoio para os produtores afetados.

Exemplo: “Como os embargos preventivos afetam a produção e o sustento dos pequenos produtores rurais que dependem da terra para sobreviver?” (Nildo D. - MS)

3. Defesa do Meio Ambiente e Fortalecimento da Fiscalização (20%): Em contraponto às críticas sobre os embargos, uma parcela significativa dos cidadãos defendeu a manutenção e o fortalecimento das ações de fiscalização do IBAMA como ferramentas essenciais para a proteção ambiental. Esses participantes expressaram grande preocupação com o desmatamento, a crise climática e a exploração predatória dos recursos naturais, afirmando que a flexibilização das regras seria um retrocesso e que a recuperação de áreas degradadas deve ser pré-requisito para a suspensão de qualquer penalidade.

Exemplo: “O CAR autodeclaratório, sem fiscalização local, promove aberrações, como a sobreposição de terras, a destruição da natureza e conflitos por posse.” (Carla M. - PA)

4. Segurança Jurídica e Devido Processo Legal (14%): Há um forte questionamento sobre a legalidade e a constitucionalidade dos embargos preventivos aplicados antes da validação final do CAR. Os participantes manifestaram preocupação com a potencial violação do devido processo legal e do direito de propriedade. As perguntas buscam entender como as medidas do

IBAMA podem ser aplicadas de forma proporcional, sem abusos, e como garantir a segurança jurídica necessária para que os produtores possam planejar suas atividades.

Exemplo: “*Como assegurar que embargos preventivos respeitem o devido processo legal previsto no art. 5º, LIV da Constituição?*” (Alan B. - TO)

5. Questões Gerais e Outras Preocupações (9%): Este grupo reúne perguntas de caráter mais fundamental sobre o que é o CAR e sua finalidade, além de preocupações específicas. Foram abordados temas como a obrigatoriedade do cadastro para micropropriedades, a necessidade de qualificação técnica para a análise dos processos e a importância de apoio técnico e financeiro aos agricultores familiares para que consigam se adequar às exigências.

Exemplo: “*Porque a análise do CAR ainda é tão lenta e burocrática, prejudicando quem tenta se regularizar e depende da terra para viver?*” (Rosangela L. - RJ)

6. Estrutura e Recursos do IBAMA (6%): Uma parte dos comentários aponta a falta de recursos, pessoal e tecnologia no IBAMA como a verdadeira causa da morosidade nos processos. A sugestão desses cidadãos é que, em vez de flexibilizar as regras ambientais para compensar a lentidão, o governo deveria investir no aparelhamento e na modernização do órgão, garantindo assim agilidade e eficiência tanto na fiscalização quanto na análise do CAR.

Exemplo: “*Reducir o incentivo fiscal para o agronegócio e destinar a verba economizada para o IBAMA não resolveria o problema da morosidade do órgão?*” (Joao M. - SC)

Em conclusão, a audiência pública revelou uma visão complexa e polarizada sobre o tema. O debate centralizou-se na tensão entre, de um lado, a urgência de desburocratizar a análise do CAR e garantir segurança jurídica aos produtores rurais e, de outro, a defesa intransigente da fiscalização e dos embargos como instrumentos vitais para a proteção ambiental. Temas como a morosidade do processo, os impactos socioeconômicos sobre pequenos produtores e o questionamento sobre o devido processo legal foram



recorrentes, apontando para a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a produção agropecuária e a sustentabilidade.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35626>